



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/SR/PF/MS

Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo nº 08335.006867/2024-84

ESTUDOS PRELIMINARES

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo Administrativo: 08335.006867/2024-84

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme disposto no Despacho 36760545 SELOG/SR/PF/MS, a contratação de empresa especializada para prestar serviços de vigilância armada, faz-se necessária para dar suporte ao funcionamento adequado e seguro das unidades da Polícia Federal no estado de MS sete dias por semana ininterruptamente. Ademais, os serviços possuem caráter de natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas das atividades meio e fim da Polícia Federal.

2.2. Os serviços ora pretendidos também visam a proteção dos mais diversos tipos de bens apreendidos, no bojo de inquéritos policiais, que se encontram em depósitos e pátios das unidades, de bens móveis tais como armamento, materiais tecnológicos, documentos oficiais, dentre outros, durante 24 horas e, em especial, nos finais de semana e feriados, quando apenas os serviços de plantão estão operando normalmente.

2.3. A contratação em tela visa, ainda, assegurar a integridade do acervo patrimonial da Superintendência Regional de Polícia Federal no estado de MS e Delegacias descentralizadas, não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio público.

2.4. Tal condição exige, ao menos, a alocação de postos de vigilância diurna, em escala de 44 horas semanais, e também em escala 12 x 36 horas no período diurno, para controle de fluxo do público em geral na entrada principal da Superintendência, bem como gerar um ambiente de maior segurança aos servidores, colaboradores, prestadores de serviços e nos atendimentos ao público externo.

2.5. Outrossim, também exige-se postos em escala de 12 x 36 horas, em período noturno, para controlar acesso e fluxo de veículos nas garagens e depósitos de guarda dos veículos eventualmente apreendidos da Superintendência e suas Delegacias de Polícia Federal.

2.6. Além disso, a contratação pretendida também permite que o efetivo policial esteja totalmente empenhado nas atividades fim da Polícia Federal, desonerando-os de atividades de segurança das próprias instalações.

2.7. A contratação ora pretendida, alinha-se à legislação vigente, quer seja:

2.7.1. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal);

2.7.2. Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998 (Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal);

- 2.7.3. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Institui o estatuto nacional da microempresa e empresa de pequeno porte);
- 2.7.4. Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, regulamentada pelo Decreto 89.056, de 24 de novembro de 1983, (Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências);
- 2.7.5. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho) e Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 (pagamento de salário em feriados);
- 2.7.6. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns);
- 2.7.7. Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001 (Dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);
- 2.7.8. Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Federal);
- 2.7.9. Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022 (Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional);
- 2.7.10. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Pública Federal);
- 2.7.11. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);
- 2.7.12. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 (dispõe sobre regras e diretrizes do procedimentos de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal);
- 2.7.13. Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 (Dispõe sobre as regras e os procedimentos para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- 2.7.14. Instrução Normativa SEGES /ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional);
- 2.7.15. Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020 (dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral);
- 2.7.16. Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022 (Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- 2.7.17. Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021 (Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- 2.7.18. Portaria nº 443/2018-MPDG (Serviços que serão preferencialmente terceirizados);

- 2.7.19. Manual do vigilante - ABCFAV;
- 2.7.20. Caderno de logística SEGES - Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial; e
- 2.7.21. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal) o qual dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional:

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."

2.8. Os serviços possuem caráter de serviço comum, tratado pela Lei 14.133/21 e Decreto 10.024/19, haja vista possuírem padrões de desempenho, qualidade e características da prestação dos serviços, como usuais do mercado e passíveis de descrição sucintas, podendo ser contratados por meio de Pregão Eletrônico.

2.9. Também possuem natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas da atividade policial fim, haja vista a necessidade de manutenção da segurança das unidades 24 horas por dia e 7 dias por semana.

2.10. São ainda serviços que podem ser prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 17 da IN 05/2017- SEGES/MPDG, que preconiza:

"I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III"

2.11. Nos termos da Instrução Normativa supracitada, o objeto desta prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedada a relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.12. Ademais, o objeto da contratação alinha-se às diretrizes traçadas no Planejamento Estratégico 2023/2027 da Polícia Federal, SEI 36655606, objetivando a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficiência e da efetividade das atividades e dos serviços prestados.

2.13. 1.1. Desta forma, tendo em vista as considerações apresentadas, o Termo de Referência deverá ser elaborado com o objetivo de definir de forma clara, detalhada e organizada os serviços de vigilância armada, a serem executados nas dependências das unidades da Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, com dedicação exclusiva de mão de obra, para que não haja solução de continuidade no que tange à manutenção da segurança do patrimônio público, atividade necessária para oferecer condições ao cumprimento do dever legal imputado a essa instituição.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

3.1. Setor de Administração e Logística Policial

3.2. Responsável: Perito Criminal Federal Leônidas Gomes de Oliveira Júnior.

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Para que os serviços sejam prestados com agilidade, eficiência, qualidade e segurança, esta Superintendência opta pela contratação dos serviços terceirizados devigilância armada, desde que sejam atendidos os seguintes pré-requisitos:

4.1.1. observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso;

4.1.2. cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto na fase interna como na fase externa da licitação;

4.1.3. dimensionamento adequado dos postos de trabalho e consequente valor estimado, de modo a garantir boa relação custo/benefício;

4.1.4. célere instrução do processo, de modo a garantir que não haja solução de continuidade nos serviços ora prestados;

4.1.5. a empresa selecionada possua capacidade técnica, financeira e jurídica de prestar os serviços objeto da licitação;

4.1.6. a empresa selecionada esteja ciente das especificidades dos serviços a serem prestados, possuindo quadro de funcionários suficiente para atender as exigências a serem definidas no Termo de Referência;

4.1.7. as empresas participantes devem observar as Convenções Coletivas da categoria envolvida na prestação dos serviços vigentes em 2024, bem como a legislação trabalhista vigente.

4.1.8. a empresa selecionada esteja ciente de que é um serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, em quantidade dimensionada e remunerada.

4.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Para elaborar a planilha de custos e formação de preços, vários tipos de pesquisa foram realizados observando as orientações da IN 65/2021, no que se refere aos insumos vinculados à prestação dos serviços, e as diretrizes da IN 05/2017, no que se refere à mão de obra envolvida na contratação pretendida. Vejamos:

5.1.1. Foi realizada consulta ao Banco de Preços no período de 30/07/2024 a 03/09/2024, com abrangência de todas as compras realizadas nos últimos 12 meses, considerando o CATMAT de cada item necessário, isto é, itens de fardamento, equipamentos e acessórios, SEI 37168372.

5.1.2. Foi realizada pesquisa no sistema Pesquisa de Preços.gov do Painel de Compras Governamentais, SEI 37168425, no dia 03/09/2024, constando vários processos de licitação homologados de contratação da prestação dos serviços de vigilância armada. Desta cotação, foram selecionados os preços de alguns insumos, tais como armamento, munição e demais acessórios.

5.1.3. Foi também, realizada pesquisa de preços no Portal de Compras.gov com a seleção de editais de outros órgãos, SEI 37146821, dos quais se aproveitou os preços de alguns itens.

5.2. Todos os preços coletados foram lançados no Mapa de Preços SEI 37168488 e foram devidamente analisados na Informação SEI 37146835.

5.3. Das consultas realizadas também se depreende que os serviços de vigilância armada são comumente contratados pelos mais diversos órgãos públicos. Todavia, o preço de referência da contratação será determinado pela confecção da planilha de custos e formação de preços da

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A descrição da solução, isto é, a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados e contínuos de vigilância armada, a serem executados nas dependências do edifício sede e nas unidades descentralizadas desta SR/PF/MS em todo o estado, será feita no documento Termo de Referência. Nele, constarão todos os pormenores: carga horária, cargos com CBO, obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE, sanções e política de pagamento e reajuste.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Considerando que atualmente a Superintendência Regional da Polícia Federal no estado de Mato Grosso do Sul possui um contrato vigente para a prestação dos serviços de vigilância armada que encerrar-se-á em 31/12/2024, sem viés de prorrogação, foi formalizada a demanda de nova contratação que é objeto deste estudo.

1.1. Após levantamentos iniciais, objeto do processo 08335.003917/2024-71, e adequações à realidade orçamentária dessa SR/PF/MS, chegou-se aos quantitativos disposto a seguir, conforme documento SEI 36760545.

7.2.

Município	Local	Descrição - Posto de vigilância ostensiva armada	Qtde. Postos
Campo Grande/MS	Superintendência Regional de Polícia Federal em Campo Grande/MS	Jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, <u>diurno</u> de segunda a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante.	1
		Jornada de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados.	1
		Jornada de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	2
Corumbá/MS	Delegacia de Polícia Federal em Corumbá/MS	Jornada de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados.	1
		Jornada de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	1
Dourados/MS	Delegacia de Polícia Federal em Dourados/MS	Jornada de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados.	1
		Jornada de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	1

Naviraí/MS	Delegacia de Polícia Federal em Naviraí/MS	Jornada de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36(trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados.	1
		Jornada de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	1
		Jornada de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	1
Ponta Porã/MS	Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS	Jornada de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados.	1
		Jornada de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	1
	Núcleo de Polícia Administrativa - Ponta Porã/MS	Jornada de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados.	1
		Jornada de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	1
	Pátio de veículos apreendidos - Ponta Porã/MS	Jornada de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados.	1
		Jornada de 12 (doze) horas <u>noturnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados.	1
Três Lagoas/MS	Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas/MS	Jornada de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> diariamente, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados.	1

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado da contratação foi obtido através da elaboração da Planilha da Administração, SEI 37168509, de acordo com os seguintes critérios:

8.1.1. Convenções Coletivas celebradas entre o SINDICATO DAS EMP VIG SEG E TRANSP DE VALORES DO ESTADO MS e sindicatos dos trabalhadores que abrangem as cidades de Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Naviraí, Três Lagoas e Corumbá/MS – Documento SEI 36655929;

8.1.2. Os decretos de definição do valor da tarifa de transporte público vigentes em todas as localidades, SEI 36764865;

8.1.3. Leis e Decretos que definem as alíquotas de ISSQN em todas as localidades,

SEI 36764831;

8.1.4. Consulta a CBO do cargo no site do Ministério do Trabalho e Emprego, SEI 36655621;

8.1.5. Pesquisa de preços de fardamento, equipamentos e material de apoio de acordo com o item 5 deste estudo.

8.2. Assim, o valor estimado total da contratação é de R\$ 2.878.339,50 (dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil trezentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos) para 12 (doze) meses e de R\$ 14.391.697,50 (quatorze milhões, trezentos e noventa e um mil seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) **para 60 (sessenta) meses.**

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A administração da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul optou neste momento por condensar em um único lote todas as localidades de prestação de serviços tendo em vista a economia de escala obtida através de publicações, economia processual, redução de custos com pessoal, equipamentos, como ponto biométrico, maior eficiência na gestão e fiscalização do contrato, dentre outros.

9.2. No mesmo sentido, a Polícia Federal aloca somente os postos necessários e suficientes para haver uma prestação de serviços adequada. Caso fosse licitado por itens, não haveria margem a aditivos ou supressões quando houvesse a necessidade de suprir alguma demanda extra de postos ou ainda contenção orçamentária, obrigando a Administração a realizar nova contratação, o que seria contraproducente, em virtude dos prazos e dos custos com a nova licitação.

9.3. Ademais, a categoria de vigilantes, é contemplada por um sindicato patronal, de âmbito estadual, que celebra as convenções coletivas com os sindicatos dos trabalhadores que abrangem todas as localidades onde haverá a prestação dos serviços, de acordo com o explanado no item 8.1.1, acima.

9.4. Neste mérito, quanto à contratação de objetos sem complexidade técnica, corrobora o relatório do *Grupo de Estudos de Contratação e Gestão de Contratos de Terceirização de Serviços Continuados na Administração Pública Federal*, formado por servidores do TCU, AGU, MPOG e MPF (dentre outros), o qual aponta, em seu subitem "III.e":

III.e – Casos de parcelamento do objeto

168. O art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, fixa orientação no sentido de que [...]

169. Pelo esclarecido anteriormente, as empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não têm especialidade no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e adequar seus contratos. É cada vez mais raro, por exemplo, firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.

170. Trata-se, assim, de prática regular do mercado prestar esses serviços de forma concomitante. Desse modo, a divisão do objeto, como previsto na norma transcrita, não implicará em ampliação da competitividade e, em consequência, em ganhos econômicos, pois as mesmas empresas participarão da licitação.

171. Além do mais, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho. Em princípio, portanto, é esperada uma redução dos preços ofertados, caso o objeto não seja dividido.

172. Nessa linha de raciocínio, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los. (grifo nosso)

173. Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico, serviços não especializados, como movimentação de móveis, almoxarifado, arquivo, protocolo, garçom, mensageiro, motorista, recepcionista, limpeza, arquivo, não devem ser divididos.

[...]

175. Dessa forma, a proposta do Grupo de Estudo para a realização do parcelamento do objeto em serviços de natureza continuada, dependerá da complexidade técnica envolvida. Assim, opta-se pelo não parcelamento quando se referir a objeto sem nenhuma complexidade técnica, a exemplo de limpeza, condução de veículos, recepção, e pelo parcelamento quando se tratar de serviços técnicos em que as empresas atuam de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática. Trata-se, contudo, de procedimentos que devem ser avaliados em cada caso concreto.

9.5. Acrescenta-se, ainda, que devem ser consideradas as características da estrutura da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, na qual as unidades descentralizadas não possuem autonomia financeira ou administrativa, sendo dependentes e demandantes das atividades desenvolvidas pelo Setor de Administração e Logística Policial, localizado na sede em Campo Grande; tais atividades incluem, dentre outras, a realização de compras e contratações, gestão contratual, engenharia, planejamento orçamentário e execução financeira, gestão da frota e atuação direta nos contratos de todas as delegacias.

9.6. Desta feita, amparado pela primazia do Princípio da Eficiência na Administração Pública, **sugere-se que a admissão seja agrupada em um único termo de contrato** celebrado com uma única empresa, em consonância com os acórdãos do TCU, conforme segue:

O parcelamento total do objeto tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (Acórdão nº 5301/2013-TCU 2ª Câmara);

Aumento da eficiência administrativa mediante centralização do gerenciamento de contratos de serviços idênticos, pois neste caso, lidar com um único prestador diminuirá o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação (Acórdão nº 861/2013-TCU Plenário);

O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública (Acórdão nº 861/2013-TCU Plenário);

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Atualmente a Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul possui um contrato vigente de prestação de serviços de vigilância patrimonial armada cque está em vias de se exaurir, considerando que já foram feitas todas as prorrogações legais.

10.2. Há os seguintes contratos de prestação de serviços que envolvem a alocação de mão de obra no estado:

- 10.2.1. apoio administrativo e motorista;
- 10.2.2. vigilância patrimonial armada - será encerrado em 31/12/2024;
- 10.2.3. limpeza, asseio e conservação;
- 10.2.4. Manutenção Predial do edifício Sede, delegacias e unidades descentralizadas.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

1.1. A contratação em estudo encontra-se nas ações estratégicas do órgão, mais especificamente no Art. 11, § 5º, III, da Resolução -CG/PF Nº 007, de 27/05/2024, que convalidou o novo Sistema de Governança da Polícia Federal - SGPF e aprova o Plano Estratégico da Polícia Federal 2024/2027, conforme a seguir

transcrito:

...

Art. 11. Os objetivos estratégicos da Polícia Federal são metas mensuráveis, de alto nível, as quais descrevem o que a Polícia Federal deseja alcançar dentro de um prazo claramente definido, com funções de:

I - auxiliar as unidades da instituição a se alinharem com as metas organizacionais; e

II - guiar a tomada de decisões e a produtividade.

...

§ 5º O objetivo estratégico do eixo de pessoas e estrutura possui as seguintes métricas de topo:

...

III - eficiência nas contratações (EC)

1.2. O objeto dessa contratação está previsto no Documento de Formalização da Demanda: 126/2023 (36760566) e está de acordo com o Plano Geral de Contratações da SR/PF/MS para 2024. Portanto, o processo de contratação está alinhado ao Planejamento Estratégico da Instituição.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Considerando que a própria legislação recomenda que a atividade de vigilância armada seja objeto de execução indireta, na qualidade de atividade material acessória, instrumental ou complementar aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade. Além disso, a vigilância armada nos moldes atuais trará a segurança necessária para as atividades do órgão, em especial aos finais de semana e feriados, bem como libera os servidores policiais para atuarem nas áreas fins.

12.2. Reafirmamos a necessidade da contratação pelo fato de não haver disponibilidade dos cargos e atribuições envolvidos na vigilância armada no rol dos cargos da carreira administrativa existente na Polícia Federal.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Para a execução do contrato, não há necessidade de adequações físicas nas unidades de prestação de serviço.

13.2. Os insumos e equipamentos necessários para a execução dos serviços deverão ser fornecidos pela empresa contratada conforme regras a serem definidas no Termo de Referência.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

14.2. O conteúdo dessa matéria também estabelece ações ambientais, visto que a IN nº 05/2017-SEGES/MPDG, exige na contratação em tela a observância de exigências de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, o que será feito por treinamento de empregados da Contratada, por conscientização de todos os envolvidos, ou por meios de ações concretas apontadas especialmente nas especificações técnicas dos serviços e obrigações da Contratada e Contratante.

14.3. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, se pautam por pressupostos que deverão ser observados tanto pela Contratada como pela Contratante, a saber:

14.3.1. racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

14.3.2. treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

14.3.3. aquisição de materiais em conformidade com a Legislação Ambiental vigente.

15. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

15.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16. **JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

16.1. A viabilidade justifica-se em razão da experiência adquirida nas contratações pretéritas com o mesmo objeto, além de observar a legislação vigente que rege as contratações no setor Público.

Campo Grande, na data da assinatura eletrônica.

Daiane Severo Machado dos Santos Flores

Agente Administrativa

Levi Monteiro de Souza

Agente Administrativo

Fernanda Chencarek

Agente Administrativa

Marco Antonio Dutra Britez

Agente Policial Federal

Marcelo Haupenthal

Agente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA CHENCAREK, Agente Administrativo(a)**, em 25/09/2024, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO RICARDO HAUPENTHAL, Agente Administrativo(a)**, em 25/09/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO DUTRA BRITZ, Chefe de Núcleo**, em 26/09/2024, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAIANE MACHADO SEVERO DOS SANTOS FLORES, Agente Administrativo(a)**, em 26/09/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEVI MONTEIRO DE SOUZA, Agente Administrativo(a)**, em 25/09/2024, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=37312151&crc=69EDFC2D)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=37312151&crc=69EDFC2D](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=37312151&crc=69EDFC2D).

Código verificador: **37312151** e Código CRC: **69EDFC2D**.